

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Com 2018 na mira, Maia se afasta de Temer em prol do DEM](#) 2

O Estado de S. Paulo

[Título: Apertando os botões certos](#)..... 8

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Com 2018 na mira, Maia se afasta de Temer em prol do DEM	2
Título: Novamente a capital do petróleo	3
Título: TCU bloqueia bens de Dilma por compra da refinaria de Pasadena	5
Título: Pasadena é símbolo do desastre petista na Petrobras.....	6
Título: TRF-2 solta ex-presidente da Eletronuclear	7
Título: Poder em Jogo	8
Título: Nota.....	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8

Título: Apertando os botões certos.....	8
Título: TCU bloqueia bens de Dilma por Pasadena	11
Título: 'Não há prova de qualquer ilícito', afirma petista	12
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	13
Título: CVM investiga 40 por irregularidades contábeis na Petrobras	13
Título: Receita extra de R\$ 8 bilhões divide equipe econômica do governo	14
VEÍCULO: Correio Braziliense	16
Título: TCU bloqueia bens de Dilma e de Palocci	16

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor: Catarina Alencastro

Título: Com 2018 na mira, Maia se afasta de Temer em prol do DEM

Integrantes da base aliada já veem cenário para rompimento com o governo com vistas à eleição.

Embora negue qualquer movimento para derrubar o presidente Michel Temer, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), adotou um comportamento diferente do que teve durante a tramitação da primeira denúncia contra o presidente, entre julho e agosto. Se naquele período Maia, que é o primeiro na linha sucessória do presidente, ajudou o governo a conquistar votos para barrar as investigações, agora ele se sente liberado da tarefa. A mudança pouco tem a ver com o conteúdo da nova denúncia, que começou a ser apreciada na semana passada pela Câmara, na qual Temer e dois ministros são acusados de formação de quadrilha e obstrução da Justiça. Sua insatisfação com o Planalto foi causada, principalmente, pela abordagem que o partido de Temer, o PMDB, faz sobre quadros políticos que vinham sendo cobiçados pelo DEM.

Devido ao poder que ganhou na presidência da Câmara e, posteriormente, como sucessor natural de Temer, combatido por denúncias que podem afastá-lo do Planalto, Maia assumiu a tarefa de aumentar o tamanho de seu partido. O principal alvo do DEM era o grupo de parlamentares da ala dissidente do PSB. O PMDB atravessou o caminho e já conseguiu levar o senador Fernando Bezerra Coelho e o filho dele, o **ministro Fernando Coelho Filho**. A líder do PSB na Câmara, Tereza Cristina (MS), teve várias conversas com Maia sobre mudança

para o DEM, mas também tem sido cortejada pelo PMDB. No último dia 20 de setembro, uma semana após Rodrigo Janot apresentar a segunda denúncia contra Temer, Maia tornou público o que vinha falando nos bastidores:

— Se nós somos aliados, nós temos que ser aliados. A gente não pode ficar levando facada nas costas do PMDB. Principalmente dos ministros do Palácio e do presidente do PMDB. Apesar das seguidas demonstrações de Maia de que a relação com o presidente azedou, interlocutores seus afirmam que não partirá dele a iniciativa de se movimentar para afastar o presidente. — O Rodrigo puxou para si a tarefa de fazer o DEM crescer. E o PMDB está atropelando. Isso o tem deixado indignado. Ele sente que não tem mais compromisso com o governo. Mas não quer fazer o gesto de agir contra o presidente porque não acha correto. Se alguém quiser fazer, ele não vai impedir — disse um deputado amigo. Líderes de partidos da base aliada veem as atitudes de Maia como um movimento irreversível para o rompimento do DEM com o governo.

A avaliação é que o projeto político do partido para 2018 inclui o afastamento imediato do governo Temer. O projeto prevê as candidaturas de Cesar Maia ao Senado, de Rodrigo ao governo do Rio e de ACM Neto ao governo da Bahia. Mas não está descartada a presença do partido na chapa presidencial. — Quem vai decidir esse rompimento é o Rodrigo Maia e o ACM Neto. Quem ainda segura é o ministro Mendonça Neto. O Rodrigo tem dado avisos muito claros, está arrumando desculpas para justificar o rompimento — avalia um dirigente de um dos partidos da base do governo. A ordem no Planalto é não alimentar o confronto com o presidente da Câmara, para não dar mais importância ao embate do que ele realmente tem. Assessores dizem que o governo não vai fingir que os problemas não existem, mas evitará o embate direto.

(Colaboraram Leticia Fernandes, Maria Lima e Patrícia Cagni)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Novamente a capital do petróleo

Entre 2006 e 2014, o petróleo teve um papel fundamental na economia do Rio de Janeiro. Tanto o estado quanto alguns municípios — sobretudo Campos, Macaé e Rio das Ostras — tiveram um crescimento extraordinário de suas receitas e empregos originados no setor. Os royalties e a participação especial (PE) com a produção foram de R\$ 10,7 bilhões por ano no período. Nos últimos dois anos, a arrecadação de royalties e PE caiu 30% — para R\$ 7,2 bilhões. Entretanto, com as grandes descobertas, que estão elevando a produção do pré-sal, o Rio deverá voltar a ser a capital do petróleo. Os municípios de Saquarema, Maricá e Niterói, confrontantes a alguns dos mais importantes

campos com produção no pré-sal, já viram suas receitas com royalties e PE quadruplicarem desde 2014, apesar dos preços baixos do petróleo.

A tendência é que o desenvolvimento e a produção de novos campos do pré-sal, tais como o de Libra, gerem investimentos, empregos e aumentem a arrecadação. Isso sem falar nos campos maduros no pós-sal da Bacia de Campos. Para revitalizar a produção nos maduros e reduzir sua taxa natural de declínio, a Petrobras criou o Programa de Aumento da Eficiência Operacional (Proef), focado na Bacia de Campos. O Proef prevê a substituição de plataformas offshore antigas por unidades flutuantes de produção, armazenamento e transferência (FPSOs, na sigla em inglês) novas, o que aumentará a produção e, conseqüentemente, os royalties e empregos. A Petrobras, visando a se reposicionar no mercado, está oferecendo a outras petrolíferas, para venda ou parceria, campos maduros.

Recentemente, a estatal brasileira e a norueguesa Statoil celebraram uma parceria estratégica para otimizar a recuperação desses campos em águas profundas na Bacia de Campos. Uma das prioridades da Agência Nacional de Petróleo (ANP) é atrair investimentos em campos maduros, via incentivos fiscais. Para tanto, pretende publicar uma resolução implantando a redução dos royalties sobre a produção obtida com a revitalização desses campos. Para a ANP, a fração recuperada na Bacia de Campos pode aumentar de 14% para 24% — estima-se que cada 1% adicional no fator de recuperação na bacia gere R\$ 16 bilhões em royalties e R\$ 26 bilhões em investimentos. No longo prazo, as oportunidades de geração de empregos e de aumento de arrecadação são enormes com o retorno dos leilões da ANP.

A 14ª Rodada no Regime de Concessão, realizada em setembro, foi um sucesso na arrecadação de bônus e trouxe de volta a Exxon, a maior petroleira mundial, ao mercado brasileiro. Nos leilões do pré-sal, em 27 de outubro, serão oferecidas quatro áreas com jazidas unitizáveis (coladas a campos que já estão em produção), na 2ª rodada, e quatro áreas localizadas na Bacia de Campos e de Santos, na região do Polígono do Pré-Sal, na 3ª rodada. Segundo a ANP, as próximas nove rodadas e as áreas já contratadas podem render ao Rio mais de US\$ 200 bilhões em investimentos e mais de US\$ 40 bilhões em royalties e PE. É bom lembrar que o petróleo é uma energia velha e em desuso. Portanto, temos que criar condições favoráveis para acelerar a sua produção e, com isso, utilizar a renda para modernizar a economia do estado, beneficiando as nossas gerações futuras.

Adriano Pires é diretor do Centro Brasileiro de InfraEstrutura

VEÍCULO: O Globo**Seção: País****Autor: Vinicius Sassine****Título: TCU bloqueia bens de Dilma por compra da refinaria de Pasadena**

Ex-presidente encabeçava conselho da Petrobras que aprovou negócio.

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou o bloqueio de bens por um ano da ex-presidente Dilma Rousseff em razão dos prejuízos na compra da refinaria de Pasadena, no Texas, pela Petrobras. Dilma, na ocasião do negócio, efetivado em 2006, era ministra da Casa Civil do primeiro governo Lula e presidente do Conselho de Administração da estatal. O bloqueio de bens se estende aos demais integrantes do conselho naquele momento: Antônio Palocci, preso em Curitiba pela Lava-Jato; Claudio Luis Haddad; Fabio Colletti Barbosa; Gleuber Vieira; e José Sergio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras. É a primeira vez que uma decisão de um órgão de fiscalização responsabiliza diretamente Dilma e demais conselheiros pelos prejuízos na compra de Pasadena. O assunto veio à tona em 2014 e pautou as discussões na campanha em que a petista foi reeleita presidente.

Dilma sempre negou qualquer responsabilidade no negócio mal feito, atribuindo a um “parecer falho”, elaborado pelo então diretor da Petrobras Nestor Cerveró, o aval dado pelo Conselho de Administração à compra da refinaria. Em nota, a ex-presidente afirmou que “não há prova alguma de qualquer ilícito praticado pelo Conselho Administrativo da Petrobras” e disse que irá recorrer da decisão. Dilma lembrou um parecer do então Procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de 2014, ressaltando que “não é possível imputar o cometimento de delitos de nenhuma espécie” aos membros do conselho. Conforme a decisão do TCU, os ex-conselheiros devem ser responsabilizados solidariamente com os diretores e gestores da Petrobras, entre eles Cerveró, ex-diretor da Área Internacional; Luís Carlos Moreira da Silva, ex-gerente da Área Internacional; e integrantes da equipe de negociadores da estatal. Todos eles devem apresentar suas defesas ou recolher aos cofres da Petrobras uma quantia original de US\$ 580,4 milhões, valor compreendido como prejuízo no negócio.

O valor deve ter atualização monetária e acréscimo de juros. Dilma e demais conselheiros “não cumpriram sua obrigação de acompanhar a gestão da Diretoria Executiva, por meio da análise devida das bases do negócio que seria realizado”, segundo a decisão aprovada pelo plenário do TCU. Os integrantes do colegiado, de acordo com o TCU, também não pediram “esclarecimentos mais detalhados sobre a operação antes de sua autorização, violando assim o ‘dever de diligência’ para com a companhia, o que causou prejuízo ao patrimônio da

Petrobras”. Um laudo de empresa de consultoria especializada apontava o valor da refinaria em US\$ 186 milhões. A compra de metade da refinaria, em negócio feito com a Astra, e o compromisso de comprar a outra metade envolveram gastos de US\$ 766,4 milhões, “resultando daí injustificado dano aos cofres da empresa”, sustenta o TCU.

O bloqueio dos bens é necessário para garantir o ressarcimento do débito apurado, conforme o tribunal. Ficam fora da medida recursos necessários à subsistência, o que inclui tratamento de saúde dos ex-conselheiros e de seus familiares. Dilma e demais investigados poderão designar quais bens entendem que não sejam tornados indisponíveis. Os ex-conselheiros têm 15 dias para justificar por que foram assinados contratos com “cláusulas prejudiciais” à Petrobras. A decisão do TCU será enviada à força-tarefa da Lava- Jato, em Curitiba, e ao juiz Sergio Moro, além do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU). Em decisão anterior, de 30 de agosto, o TCU condenou Gabrielli e Cerveró a ressarcirem os cofres da Petrobras em US\$ 79,89 milhões e a pagarem multa de R\$ 10 milhões em razão de prejuízos na compra de Pasadena. Esse é o primeiro resultado de uma das tomadas de contas especiais abertas no tribunal para tentar reaver o dinheiro perdido no negócio. Ao todo, foram instauradas três tomadas de contas — a que resultou na condenação de Gabrielli e Cerveró diz respeito à aquisição da segunda metade da refinaria.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Pasadena é símbolo do desastre petista na Petrobras

A Operação Lava-Jato tem sido pródiga na revelação de exemplos de como a interferência política na gestão de empresas estatais pode levar a um monumental desastre, em prejuízo do patrimônio público. O caso da refinaria de Pasadena, no Texas, se destaca nessa galeria de símbolos do naufrágio no período em que o país era governado por Lula e a Petrobras comandada pela então ministra Dilma Rousseff. Em 2006, a Petrobras pagou US\$ 360 milhões por metade da refinaria. O valor chamou a atenção porque já era muito superior ao que a belga Astra Oil havia pago pela refinaria inteira apenas um ano antes: US\$ 42,5 milhões.

Dois anos depois, a Petrobras e a Astra Oil entraram em conflito na sociedade texana. A querela terminou com decisão judicial obrigando a estatal brasileira a comprar a parte que pertencia à empresa privada belga. Na conta final, a Petrobras desembolsou US\$ 1,18 bilhão por essa refinaria tecnologicamente obsoleta e com evidentes dificuldades operacionais. Ou seja, comprou uma

indústria velha por um preço mais de 27 vezes superior ao pago pela empresa belga 24 meses antes. Passados 11 anos, o Tribunal de Contas da União concluiu a primeira etapa de uma detalhada análise do processo decisório que resultou em tamanha ruína à margem de uma rodovia do Texas.

Concluiu que Dilma, designada por Lula à presidência do conselho de administração da Petrobras, comandou um extraordinário fracasso gerencial, por excessiva interferência política na empresa estatal. Sob Dilma, o conselho não cumpriu “sua obrigação de acompanhar a gestão da Diretoria Executiva, por meio da análise devida das bases do negócio que seria realizado”, argumentou o TCU. Acrescentou que não se cuidou nem mesmo da requisição de “esclarecimentos mais detalhados sobre a operação antes de sua autorização, violando assim o ‘dever de diligência’ para com a companhia, o que causou prejuízo ao patrimônio da Petrobras” .

O tribunal determinou o congelamento do patrimônio pessoal de Dilma, conselheiros e dirigentes da Petrobras até o limite de US\$ 580 milhões, baseando-se no valor estimado das perdas causadas nesse péssimo negócio. Em análise anterior já indicara “excesso de poder” de dirigentes da estatal, nomeados por líderes de partidos com as bênçãos de Lula. Essa interferência política, o loteamento de diretorias da Petrobras, resultou em negócios fracassados e muita corrupção. Dilma, durante o governo e na sucessão de Lula, contribuiu com sua leniência. Agora é necessário manter e se possível acelerar o ritmo de privatizações das atividades não fundamentais ao futuro da Petrobras. A recuperação da empresa é fundamental ao país e vital ao Rio de Janeiro.

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor:

Título: TRF-2 solta ex-presidente da Eletronuclear

Condenado a 43 anos, Othon Silva vai aguardar julgamento em liberdade

A 1ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) concedeu ontem liberdade ao ex-presidente da Eletronuclear Othon Silva, condenado em primeira instância da Justiça Federal a 43 anos de prisão pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e organização criminosa. Segundo as investigações, Othon cobrou propina em contratos com as empreiteiras Engevix e Andrade Gutierrez para as obras da usina nuclear de Angra 3. Ele aguardará em liberdade o julgamento do recurso de sua defesa.

Othon sofre de câncer de pele e estava havia mais de um ano preso no 1º Distrito Naval, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Como vice-

almirante da Marinha, ele tinha direito a ficar em unidade militar. Ainda não há prazo para o julgamento do recurso contra a condenação. O habeas corpus foi concedido por maioria da turma do TRF-2, que julga os casos da Lava-Jato em segunda instância no Rio. O relator Ivan Athié e a desembargadora Simone Schreiber decidiram por conceder liberdade a Othon, e o desembargador Abel Gomes foi voto vencido ao defender a manutenção da prisão preventiva.

VEÍCULO: O Globo

Seção: País / colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: Poder em Jogo

Recomendação duvidosa

Depois que o TCU bloqueou os bens da ex-presidente Dilma Rousseff, do ex-presidente da Petrobras Sérgio Gabrielli e do ex-ministro Antonio Palocci, por conta da compra de Pasadena, gente do setor financeiro se perguntava ontem sobre possíveis problemas para o Citigroup envolvendo a compra da refinaria. É que o banco apresentou, à época, um “fairness opinion” (recomendação) que mostrava que o investimento fazia sentido e estava em consonância com os objetivos estratégicos da Petrobras. O relatório subsidiou a decisão do Conselho Administrativo de prosseguir com a compra.

VEÍCULO: O Globo

Seção: País / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Nota

Indulto de Natal

O Tribunal Regional Federal da 2ª região decidiu, ontem, como se sabe, soltar o almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, 78 anos, ex-presidente da Eletronuclear, para que ele possa tratar de câncer de pele em casa. Nas últimas semanas, o almirante, acusado de cobrar propina através de uma empresa da filha, vinha sendo alvo de uma campanha pela sua libertação, que incluiu um projeto de indulto do deputado Wadih Damous.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Zeina Latif

Título: Apertando os botões certos

Os últimos 15 anos foram de retrocesso no setor elétrico, com investimentos questionáveis e regulação equivocada. O governo Dilma agravou o quadro de forma surpreendente. Não faltaram alertas dos especialistas. Faltou diálogo e sobrou incompetência. Segundo a gestora 3G Radar, a Eletrobrás custou R\$ 228 bilhões à União nos últimos 15 anos. O cálculo embute o valor destruído e os prejuízos acumulados pelas distribuidoras, e exclui dívidas adicionais assumidas (a dívida bruta saltou R\$ 18 bilhões desde 2012). As perdas decorrem de mau gerenciamento e ineficiências, como a participação em projetos por imposição governamental – Belo Monte, Jirau, Santo Antônio e Angra 3.

A infame MP 579 de 2012 de Dilma cobrou preço alto ao obrigar a empresa a renovar as concessões de um terço de seu parque gerador em troca de uma receita subestimada. Ainda que o cálculo possa estar superestimado, impressiona a ordem de grandeza. Para se ter uma ideia, o valor de mercado da Eletrobrás está em menos de R\$ 30 bilhões (exclui dívidas). A MP 579 foi um desastre para o setor. Ao reduzir de forma artificial as tarifas de energia elétrica (em 20%), gerou enormes perdas para as empresas, inibiu investimentos e produziu um desequilíbrio entre oferta e demanda de energia. Deu no que deu: o "tarifaço" de 2015 e a maior vulnerabilidade do País a crises hídricas. Estima-se que a MP 579 e a decisão por não fazer o racionamento em 2014, apesar do baixo regime de chuvas, deixou um passivo financeiro de R\$ 100 -150 bilhões e uma avalanche de processos na Justiça.

Há também o passivo físico, que é o baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas, agravado pelo acionamento atrasado das termoeletricas, que visava a evitar o aumento de tarifas. O **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, iniciou a arrumação. A qualidade técnica da equipe resulta em diagnósticos cuidadosos e prioridades corretas. A habilidade política e a liderança do ministro têm permitido negociar as soluções. O foco é eliminar distorções do sistema, resgatar eficiência e o realismo tarifário, para atrair o investimento privado e permitir eficiente alocação de recursos.

Para isso, conduz ajuste nos leilões de transmissão de energia, enquanto propõe mudanças no marco legal do setor elétrico, com maior acesso ao mercado livre de energia, privatização de usinas hidrelétricas deficitárias (que funcionam sob o regime de cotas, com preços baixos) e ajustes na formação de preços, elemento essencial para a volta de investimentos. Ocorrem avanços regulatórios importantes também em mineração e óleo e gás. Aqui um elemento crucial: o diálogo com as partes envolvidas. Na Eletrobrás houve completa reorientação na gestão, com busca de eficiência, ajuste financeiro da empresa e governança.

A venda de ativos foi iniciada (privatização da Celg), enquanto se discute a desestatização da empresa, como instrumento de capitalização e gestão. Os

resultados começam a aparecer aos poucos, com o sucesso nos leilões de transmissão, a volta dos investimentos e do interesse do setor privado pelo segmento. Parte-se de um setor deficitário, com elevada imprevisibilidade, dependente de recursos subsidiados e que repassa suas ineficiências aos consumidores, e caminha-se para um modelo mais eficiente e previsível, como se observa no mundo. Mas é preciso correr, a começar pela urgência de avançar nas medidas propostas, que dependem de aprovação do Congresso.

A combinação de reservatórios baixos e atividade econômica em recuperação exige respostas rápidas. É necessário avançar na agenda de redução de riscos e custos do setor e de adaptação a novas tecnologias, de forma a ampliar o mercado e reduzir o custo da energia. O impacto dessas reformas nos investimentos poderá ser expressivo, dentro e fora do setor, pela sua importância no sistema produtivo. Quem diria, o ministro político que não era do ramo está consertando os estragos feitos pela "gerentona" que se dizia especialista no setor.

ECONOMISTA-CHEFE DA XP INVESTIMENTOS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt, Fernanda Guimarães

Título: Notas

» **No negócio.** Um consórcio liderado pelo Banco Fator foi selecionado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para assessorar o processo de desestatização da distribuidora de gás de Mato Grosso do Sul, a MSGás. O contrato com o grupo, que também conta com LMDM Consultoria, Vernalha Guimarães & Pereira Advogados e Souza, Cescon, Barrieu & Flesch Advogados, está em fase final de homologação.

» **Tá dentro.** O Fator já atua no processo de privatização da companhia de saneamento do Rio, a Cedae. Em consórcio com a Concremat Engenharia e Tecnologia e o Vernalha Guimarães & Pereira Advogados Associados, o banco também foi contratado pelo BNDES para preparar a modelagem de venda da estatal carioca. Além disso, é responsável pela modelagem da privatização da geradora de energia estatal paulista Cesp. Procurado, o BNDES confirmou a informação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Política****Autor: André Borges****Título: TCU bloqueia bens de Dilma por Pasadena**

Decisão alcança Gabrielli e Palocci, ex-integrantes de conselho da Petrobrás; negócio causou prejuízo de US\$ 580 milhões, diz tribunal.

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ontem o bloqueio de bens da presidente cassada Dilma Rousseff em razão da atuação da petista na negociação da aquisição da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), pela Petrobrás. O bloqueio, que tem validade de um ano, foi aprovado pelo plenário da corte. O bloqueio de bens também atinge os ex-integrantes do Conselho de Administração da Petrobrás Antonio Palocci, José Sergio Gabrielli, Claudio Haddad, Fabio Barbosa e Gleuber Vieira.

Cabe recurso da decisão do tribunal. O Conselho de Administração da estatal também pode apresentar contestação, o que levaria a uma nova votação para análise do TCU. Segundo o tribunal, a compra de Pasadena, realizada em 2006, acarretou prejuízo de US\$ 580 milhões à estatal “em razão desses gestores terem adotado critérios antieconômicos para definir o preço da refinaria”. Esse é justamente o valor do débito que terá de ser pago solidariamente nesta ação. O ministro Vital do Rêgo, relator do processo no tribunal de contas, acatou as recomendações de bloqueio feitas por técnicos da corte e pelo Ministério Público no TCU.

Em 2006, quando votou favoravelmente à compra de 50% da refinaria de Pasadena, Dilma era ministra da Casa Civil e comandava o Conselho de Administração da Petrobrás. Todos os demais integrantes do colegiado seguiram seu voto. Em março de 2014, Dilma afirmou ao Estado que só apoiou a aquisição da primeira metade da refinaria de Pasadena porque recebeu “informações incompletas” de um parecer “técnica e juridicamente falho”. O “resumo executivo” sobre o negócio foi elaborado em 2006 pela Diretoria Internacional da Petrobrás, comandada na época por Nestor Cerveró, que defendia a compra da refinaria como forma de expandir a capacidade de refino da estatal no exterior. Condenado na Operação Lava Jato, Cerveró ocupou o cargo de 2003 a 2008.

Integralidade. “A diretoria executiva apreciou a aquisição de Pasadena em um dia e o Conselho de Administração aprovou uma negociação de milhões de dólares exatamente no dia seguinte”, declarou em seu voto o ministro Vital do Rêgo. “Não se tem dúvida de que o conselho contribuiu para a prática de gestão de ato antieconômico no que se refere à aquisição da primeira metade da

refinaria.” Ainda segundo a decisão, “todos aqueles que participaram da valoração da refinaria de Pasadena no momento de aquisição dos 50% iniciais devem ser responsabilizados pelo débito total, pois o próprio contrato se valia daqueles valores para calcular o preço das ações remanescentes”.

De acordo com o tribunal, o conselho será responsabilizado “pela integralidade do débito e não apenas pelo dano decorrente da aquisição da primeira metade da refinaria”. A decisão de ontem do TCU ocorreu após a corte receber e analisar as argumentações e defesas de cada um dos ex-integrantes do conselho da estatal.

Ressarcimento. Em agosto deste ano, o TCU condenou Gabrielli e Cerveró a ressarcir US\$ 79 milhões (cerca de R\$ 250 milhões) por dano ao erário na compra de Pasadena. A corte impôs, ainda, a cada um, multa de R\$ 10 milhões, o arresto dos bens para assegurar o ressarcimento. Na prática, no entanto, a quitação dos montantes é considerada improvável, pois o patrimônio já rastreado de ambos não alcança o valor cobrado. Na ocasião, a defesa de Gabrielli informou que iria recorrer da decisão do tribunal e que Cerveró “extrapolou os poderes que tinha nas negociações de Pasadena”. Já a defesa de Cerveró afirmou que “a condenação imposta pelo TCU” não reflete a “realatuação” do ex-diretor da Petrobrás no processo de aquisição de Pasadena.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: A.B.

Título: ‘Não há prova de qualquer ilícito’, afirma petista

Segundo Dilma, compra da primeira metade da refinaria se baseou em ‘informações jurídicas e financeiras íntegras’.

A presidente cassada Dilma Rousseff negou ontem irregularidades por parte do Conselho de Administração da Petrobrás na aquisição da refinaria de Pasadena, em 2006. “Não há prova alguma de qualquer ilícito praticado pelo Conselho Administrativo da Petrobrás. Muitos dos seus integrantes eram empresários do mercado, com experiência em gestão e aquisições”, disse a petista em nota. Ainda segundo Dilma, nenhum dos integrantes do conselho tinha ligação política com o governo.

“Está claro, pelas próprias atas do Conselho de Administração da Petrobrás, que a compra de 50% das ações de Pasadena foi feita com base em avaliações e informações jurídicas e financeiras consideradas íntegras e cabais. Dois anos depois, o conselho foi informado de que tais informações eram parciais e incorretas. “ O comunicado cita ainda um parecer do Ministério Público

Federal, de julho de 2014, segundo o qual “não é possível imputar o cometimento de delitos de nenhuma espécie aos membros do Conselho de Administração da Petrobrás, mormente quando comprovado que todas as etapas e procedimentos referentes ao perfazimento do negócio foram cumpridas”.

A defesa do ex-ministro Antonio Palocci, que integrou o conselho, declarou que só vai se manifestar depois de ser oficialmente informada do processo. O Estado não conseguiu contato com José Sergio Gabrielli, Claudio Haddad, Fabio Colletti Barbosa e Gleuber Vieira. /

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: CVM investiga 40 por irregularidades contábeis na Petrobras

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) investiga 40 pessoas por irregularidades contábeis na Petrobras. Na lista, estão três ex-presidentes da companhia, parte da diretoria atual e ex-conselheiros ligados aos governos Lula e Dilma.

As investigações apuram irregularidades nos procedimentos de baixa do valor contábil de ativos, conhecidos como impairments, na antiga área de Abastecimento da companhia, hoje chamada de Refino e Gás.

A informação foi antecipada pelo jornal "O Estado de S. Paulo" e confirmada pela **Folha** nesta quarta-feira (11). O processo está em fase de espera da defesa dos investigados.

A CVM cita, como objeto do processo, "infrações às normas contábeis aplicáveis, em vista de irregularidades e inconsistências" nos testes de impairment da área de abastecimento, notadamente para os projetos da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro).

Aberto no dia 14 de junho, o processo analisa os balanços divulgados pela Petrobras entre os anos de 2010 e 2014.

Em 2014, após a descoberta do esquema de corrupção na estatal pela Operação Lava Jato, a Petrobras reduziu o valor e seus ativos em R\$ 44,3 bilhões, diante da revisão de perspectivas de ganhos com alguns dos projetos investigados e da queda do preço do petróleo.

Entre os citados pela CVM, estão os ex-presidentes José Sérgio Gabrielli, Graça Foster e Aldemir Bendine, além de executivos que compuseram a diretoria nas três gestões e ex-conselheiros, como o ex-presidente do BNDES, Luciano Coutinho e a ex-ministra-chefe do Planejamento Mirian Belchior.

A lista inclui os atuais diretores Solange Guedes (Exploração e Produção), Jorge Celestino (Refino e Gás), Hugo Repsold (Assuntos Corporativos), Ivan Monteiro (Financeiro) e Roberto Moro (Desenvolvimento da Produção e Tecnologia).

Os administradores são investigados por descumprimento do chamado "dever de diligência", que determina que zelem pela saúde financeira da companhia. Procurada, a Petrobras ainda não se manifestou sobre o assunto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: JULIO WIZIACK MARIANA CARNEIRO DE BRASÍLIA

Título: Receita extra de R\$ 8 bilhões divide equipe econômica do governo

O resultado melhor que o esperado com as receitas extraordinárias de setembro dividiram a equipe econômica. Enquanto o Ministério do Planejamento quer usar esses recursos para descongelar gastos, a Fazenda prefere segurá-los para fechar este ano com um deficit menor do que a meta de R\$ 159 bilhões.

Hoje, o governo conta com cerca de R\$ 8 bilhões a mais do que o previsto para essas receitas extraordinárias.

Quase metade desses recursos (R\$ 3,9 bilhões) foi resultado do ágio dos leilões em setembro das usinas da Cemig e dos blocos de petróleo.

A equipe econômica esperava arrecadar R\$ 11 bilhões com a venda de quatro hidrelétricas da estatal mineira e faturou R\$ 12,1 bilhões.

Com o leilão dos campos de petróleo, o ganho foi maior. A União previa arrecadar R\$ 1 bilhão e recebeu R\$ 3,8 bilhões com as outorgas. Fazenda e Planejamento ainda precisam se entender para a liberação de R\$ 4 bilhões em precatórios "presos" no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal.

Precatórios são recursos de sentenças judiciais depositados em bancos estatais.

Um projeto de lei aprovado recentemente permite que o governo use automaticamente o dinheiro não sacado há mais de dois anos.

No entanto, os bancos públicos apresentaram pendências jurídicas que barram essa liberação. Planejamento e Fazenda teriam de baixar uma portaria para resolver o problema, mas ainda não chegaram a um acordo.

DIVERGÊNCIA

No mês passado, a equipe econômica liberou R\$ 12,8 bilhões que estavam congelados devido a restrições orçamentárias. No entanto, R\$ 32,2 bilhões em despesas previstas pelos ministérios e pela administração direta continuam represados.

Dirigentes de sociedades científicas já foram ao presidente Michel Temer para informar que pesquisas importantes para o país serão paralisadas e, se isso ocorrer, estarão praticamente perdidas. Somente neste ano, há um buraco de R\$ 1,3 bilhão no orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia. No próximo ano, essa diferença passará para R\$ 2,5 bilhões.

Parlamentares mineiros querem que parte da verba extra seja empregada em projetos no Estado, como forma de compensação pela perda das usinas da Cemig.

O vice-presidente da Câmara, Fábio Ramalho (PMDB-MG), diz que pediu a Temer R\$ 1 bilhão para compra e manutenção de equipamentos para hospitais, além de verbas para as rodovias BR- 381 e BR-367.

O Planejamento vê sinais consistentes de retomada da arrecadação e, por isso, defende a liberação de recursos.

A equipe do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, prefere a cautela. A receita que virá do Refis é o principal fator de incerteza. Da forma como foi aprovado pelo Congresso, o programa de refinanciamento de dívidas tributárias deverá sofrer vetos de Temer e isso poderá reduzir a previsão de arrecadação de cerca de R\$ 10 bilhões para cerca de R\$ 7 bilhões.

Como fez no ano passado, a Fazenda prefere usar a possível "sobra" de recursos para reduzir o deficit fiscal neste ano, que já foi ampliado de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões. Isso daria um sinal de compromisso do governo com o ajuste fiscal.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: TCU bloqueia bens de Dilma e de Palocci**

O Tribunal de Contas da União (TCU) bloqueou os bens da ex-presidente Dilma Rousseff, do ex-ministro Antônio Palocci e do ex-presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli para ressarcir prejuízos de US\$ 580 milhões à petroleira com a compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), em 2006. Ontem, por unanimidade, os ministros da Corte responsabilizaram todos os membros do Conselho de Administração da Petrobras que autorizaram a operação, considerada superfaturada. Também tiveram os bens bloqueados Cláudio Haddad, Fábio Colletti Barbosa e Gleuber Vieira.

Todos os seis citados podem recorrer da decisão no TCU e na Justiça. Conforme a área técnica do tribunal, a indisponibilidade dos bens tem efeito imediato, como garantia da devolução dos valores cobrados irregularmente. No entanto, primeiro é preciso que os envolvidos enviem à Corte uma lista dos bens, para que sejam resguardados os necessários para subsistência. O valor do bloqueio é solidário, ou seja, ficam indisponíveis bens que totalizem US\$ 580 milhões até que o mérito do processo seja julgado.

A diretoria da Petrobras já foi julgada em um outro processo. Em 30 de agosto, o TCU condenou José Sérgio Gabrielli e o ex-diretor internacional da companhia Nestor Cerveró a ressarcir US\$ 79 milhões por danos ao erário na compra da refinaria de Pasadena. A Corte impôs, a cada um, multa de R\$ 10 milhões. Contudo, o TCU decidiu fazer um processo apartado para avaliar a responsabilidade do conselho à época e, ontem, determinou que os conselheiros também tiveram participação na negociação total da refinaria.

A polêmica começou em 2006, quando a Petrobras pagou US\$ 360 milhões por metade da refinaria de Pasadena, adquirida um ano antes pela empresa belga Astra Oil por US\$ 42,5 milhões. Em dezembro de 2007, a estatal e a Astra fizeram um acordo no qual a petroleira brasileira se comprometeu a comprar o restante da refinaria por US\$ 788 milhões. O documento foi assinado por Cerveró. Em 2008, o conselho de administração negou ter dado aval e o caso foi parar na Justiça.

Os técnicos do TCU, inicialmente, avaliaram que o conselho de administração da estatal, presidido por Dilma, na época ministra de Minas e Energia, não teria deliberado sobre a aquisição dos 50% restantes de Pasadena. Contudo, na reunião de ontem, o TCU julgou que o conselho é responsável pelas duas operações, portanto, por 100% da compra superfaturada da refinaria, que

resultou em US\$ 580 milhões de prejuízos para a Petrobras.

Repercussão

Em nota, a assessoria de imprensa de Dilma rebateu a decisão do TCU, afirmando não haver “prova alguma de qualquer ilícito praticado pelo Conselho Administrativo da Petrobras” em relação à compra de Pasadena. A defesa alegou que a aquisição de 50% das ações da refinaria no Texas “foi feita com base em avaliações e informações jurídicas e financeiras consideradas íntegras e cabais”. No voto do ministro relator Vital do Rêgo, no entanto, uma das razões para considerar o conselho conivente foi justamente o prazo exíguo da avaliação. “A diretoria apreciou a aquisição de Pasadena em um dia e o Conselho aprovou uma negociação de milhões de dólares exatamente no dia seguinte”, afirmou.

A defesa da ex-presidente argumentou, ainda, que, entre 2014 e 2017, o TCU isentou o Conselho de Administração da estatal de prejuízo na compra de Pasadena. A assessoria de Dilma ressaltou que ela vai recorrer da decisão para comprovar que não houve “qualquer ato ilegal ou irregular de que o Conselho à época tivesse conhecimento”.

A decisão do TCU repercutiu entre deputados, em um dia marcado pela calma no Congresso, após a agitação causada pela apresentação, na véspera, do relatório do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), que pediu a rejeição da denúncia contra o presidente Michel Temer e os ministros Eliseu Padilha, da Casa Civil, e Moreira Franco, da Secretaria-Geral da Presidência.

O deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), que foi membro titular da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada na Câmara para investigar as irregularidades na principal empresa pública do país, celebrou a decisão, mas fez a ressalva de que deveria ter acontecido “há muito tempo”. “A lei das sociedades anônimas é muito clara. Ela atribui ao conselho a responsabilidade pelas decisões. E eles decidiram pela aquisição”, salientou o tucano. “Todos vão ter que responder, cada um com sua parcela, proporcional à responsabilidade”, avaliou.

Para o deputado Major Olímpio (SD-SP), a compra de Pasadena foi um “golpe orquestrado para a apropriação de milhões de dólares”. “Tal bloqueio nem de longe se aproxima dos prejuízos causados à Petrobras e ao Brasil, mas, pelo menos, vai tirar os bens que eles amealharam roubando o povo brasileiro”, disse.

Líder do PT na Câmara, o deputado Carlos Zarattini (SP) afirmou que a sanção imposta pela Corte de contas é parte de um “processo de perseguição” aos membros da diretoria da petrolífera. “É um verdadeiro absurdo. Estão

desmontando, destruindo a Petrobras. É um crime contra o povo brasileiro”, criticou. Apesar do superfaturamento, a aquisição foi defendida pelo petista. “Pasadena hoje está dando lucro para a Petrobras”, argumentou.

As palavras do também petista Paulo Pimenta (RS) foram ainda mais duras. Para ele, o TCU não tem competência para determinar o bloqueio de bens de investigados. “É uma decisão que, além de ilegal, é imoral”, avaliou o parlamentar gaúcho. “(O TCU) é um playground de ‘despolíticos’ mergulhados em corrupção e privilégios, que tentam demonstrar para a sociedade que têm alguma utilidade”, emendou. “Qualquer juiz de primeira instância vai considerar nula essa questão”, acrescentou Pimenta.

A reportagem procurou o advogado de Palocci, Alessandro Silvério, que disse não cuidar deste caso, e não conseguiu contato com José Sérgio Gabrielli, Fábio Barbosa, Gleuber Vieira e Cláudio Haddad. A Petrobras também foi procurada, mas não respondeu.

*“A diretoria apreciou a aquisição de Pasadena em um dia e o Conselho aprovou uma negociação de milhões de dólares exatamente no dia seguinte”
ministro Vital do Rego, relator do caso no TCU*

MME / ASCOM .